

Repetem-se as exigências aos partidos

"O regime deve ser pluripartidário, mas não se pode permitir o multipartidarismo tumultuário e anárquico". Foi com esse argumento que o relator da Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantias das Instituições, deputado Prisco Viana (PMDB-BA), explicou sua decisão de incluir no substitutivo que apresentará na próxima segunda-feira, a exigência de percentuais mínimos de votação para que um partido possa ter representantes no Congresso Nacional.

Prisco Viana deverá acolher emenda apresentada pelo líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (SP), que repete os percentuais do texto constitucional em vigor: "não terá direito a representação no Senado Federal e na Câmara dos Deputados o partido que não obtiver o apoio, expresso em votos, de três por cento do eleitorado, apurados em eleição geral para a Câmara dos Deputados e distribuídos em, pelo menos, cinco estados, com o mínimo de dois por cento do eleitorado de cada um deles".

O substitutivo do relator nesta matéria é bem mais rigoroso do que o anteprojeto aprovado pela Subcomissão de Sistema Eleitoral e Partidos Políticos. O anteprojeto não prevê votação mínima para que o partido tenha representação no Congresso. Mas estabelece que são considerados partidos políticos de âmbito nacional, e como tal gozando do privilégio de acesso à propaganda eleitoral gratuita e aos recursos do fundo partidário, os que tiverem obtido, nas últimas eleições para a Câmara dos Deputados, um por cento dos votos apurados ou um por cento das cadeiras na Câmara dos Deputados. Estabelece ainda que somente poderão concorrer às eleições nacionais, estaduais e municipais os partidos que contarem o mínimo de meio por cento de filiados em relação ao total de eleitores do país, do estado, do município ou do distrito, respectivamente.

Prestadoras de serviço protestam

O secretário-geral da Federação Brasileira das Associações de Empresas Prestadoras de Serviço (FEBRAS), Eunício Lopes, advertiu ontem para os riscos representados por um dos itens incluídos no anteprojeto da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos da Constituinte, que simplesmente "proibe a criação de empregos no País".

Eunício fez referência ao inciso 23 do Artigo 2º do anteprojeto que torna totalmente proibida no Brasil a contratação de serviços a terceiros, qualquer que seja sua natureza, em caráter permanente ou temporário. "A proposta, que estamos seguros, não será considerada na Comissão da Ordem Social, não tem o menor sentido, além de não se tratar de matéria constitucional. Por ela, está inviabilizada a existência no Brasil da figura do profissional liberal e de empresas de contabilidade, auditoria, consultoria ou mesmo as mais corriqueiras, como de manutenção de elevadores ou eletrodomésticos, por exemplo". Eunício Lopes credita a proposição a uma cúpula sindical, muito mais interessada na ideia do que os próprios trabalhadores.

Para ele, a proposta contida no anteprojeto só pode ser entendida como fruto da "necessidade que os representantes do PT na Subcomissão tiveram de tentar transferir uma massa enorme de empregados hoje vinculada aos seus sindicatos específicos nas áreas de prestação de serviços para os sindicatos de metalúrgicos, aumentando sua arrecadação e capacidade de pressão política. Eunício Lopes credita a proposição a uma cúpula sindical, muito mais interessada na ideia do que os próprios trabalhadores.

Sandra quer a Câmara funcionando

Já está sendo publicado o avulso da proposta de projeto de resolução da deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), que determina alteração no horário de funcionamento da Constituinte, ficando o expediente da tarde para reuniões da Câmara dos Deputados.

A deputada Sandra Cavalcanti recolheu mais de 100 assinaturas para dar entrada na proposta e espera que a mesma seja aprovada, pois a crise nacional e a responsabilidade dos parlamentares em discutir a conjuntura exigem a volta do funcionamento da Câmara. Sandra entende que, a exemplo do que já vem fazendo o Senado, os deputados devem se preocupar com a legislação ordinária, projetos que não estão afetos à Constituinte.

Já é uma rotina: sessão vazia

Os constituintes antecipam o fim de semana e deixam Brasília



Jorge Arbage e Amaury Muller: duas presenças num dia vazio na Constituinte



Toda sexta-feira é a mesma coisa: a sessão plenária da Constituinte, realizada na parte da manhã para prolongar o fim de semana dos constituintes, bate o recorde de esvaziamento da semana. Ontem, havia oito no início, às 9h30min, e menos que isso no final, embora ao ser aberta a sessão, o presidente anunciasse que havia 199 constituintes na casa.

Presidida a maior parte do tempo pelo 2º vice-presidente e corregedor da Assembleia Nacional, deputado Jorge Arbage (PDS/PA), os oradores inscritos que estavam presentes puderam falar quanto quiseram. A exceção dos pedetistas, aliás, já que a campanha, coincidentemente, foi acionada apenas duas vezes no pequeno expediente: para enquadrar os constituintes do PDT Juarez Antunes (RJ) e Amaury Muller (RS).

Vale registrar, ainda, que o recordista no extrapolamento do tempo no pe-

queno expediente, quando cada orador teria cinco minutos, se segundo o Regimento Interno, foi o próprio Jorge Arbage. Passando a presidência dos trabalhos para o 1º vice-presidente, senador Mauro Benevides (PMDB/CE), ele foi à tribuna e falou 12 minutos.

NORTE-SUL

Com a abertura de nova concorrência para sua construção, a Ferrovia Norte-Sul fez seus defensores e opositores tirarem das gavetas os discursos de semanas atrás. Assim, Israel Pinheiro Filho (PMDB/MG) voltou a duvidar da sua prioridade e Siqueira Campos (PDC/GO) reafirmou que ela já se justifica desde a metade do século.

A ideia de se prorrogar os mandatos dos prefeitos e vereadores, para coincidir a eleição de seus sucessores (em 89, caso vá até lá o mandato do presidente Sarney) com a eleição presi-

dencial, foi outro tema polêmico da sessão. Recebeu acirradas críticas de Maurício Ferreira Lima (PMDB/PE) e Amaury Muller (PDT/RS). Segundo o deputado pedetista, o País não terá eleições três anos seguidos (municipais, estaduais e para Assembleia Legislativa e Congresso Nacional), mas em dois: municipais e estaduais em 88 e para deputados estaduais, federais e senadores em 90.

Costa Ferreira (PFL/MA), contudo não acredita nem participa do coro que deseja diretas para presidente em 88. Para ele, o presidente Sarney "deu inequívoca demonstração de desprezimento e patriotismo, abrindo mão de um ano de Governo" e a Constituinte deve definir seu mandato em cinco anos. Até porque, ressaltou, coincidiria com centenário da Proclamação da República, "selando, definitivamente, o reencontro do Estado com a Nação".

Raphael vai à Comissão da Família

A Comissão da Família, Educação e Cultura, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação ainda vai ter outras audiências públicas, inclusive o ministro Raphael de Almeida Magalhães, que deve comparecer à reunião da próxima quarta-feira. Enquanto isso, o relator Artur da Távola estuda as emendas recebidas, para dar o seu parecer e elaborar seu substitutivo.

De acordo com o cronograma aprovado na comissão, o relatório de Artur da Távola será apresentado na terça-feira, abrindo um novo prazo de dois dias para a apresentação de novas emendas. A votação começa no dia 13.

Parlamentares rejeitam a estabilidade

A rejeição da jornada de 40 horas semanais e da estabilidade no emprego para todos a partir do primeiro dia de trabalho, contidas no anteprojeto da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores. São esses os únicos pontos do consenso alcançado pelos cinco parlamentares que, representando diferentes partidos, falaram quinta-feira, no seminário "Em Busca do Novo Modelo", promovido pela revista Exame, da Editora Abril.

Nos demais temas, que variaram da conversão da dívida externa ao déficit público, os deputados Francisco Dornelles (PFL-RJ), Guilherme Afif Domingos (PL-SP), César Maia (PDT-RJ) e os senadores Severo Gomes (PMDB-SP) e Jarbas Passarinho (PDS-PA) divergiram, fornecendo aos empresários uma versão resumida de como se desenrolam os debates na Constituinte.

Prefeito de Macapá apóia emancipação

Macapá — "Se a proposta de transformação dos territórios em estados não passar na Constituinte, estaremos dando mais um passo para trás no processo de redemocratização do País e eternizando o sofrimento de boa parcela do povo brasileiro que ainda luta pelo direito de gerir seu próprio destino". O desabafo é do prefeito de Macapá, Raimundo Azevedo Costa, que não concorda com o argumento de que a transformação implicaria necessariamente o investimento de volumosos recursos, como alegam alguns constituintes.

Para o prefeito Azevedo Costa, a não-aprovação da transformação do território em estado seria sobretudo um ato de injustiça para com o povo do Amapá, que trabalha, produz, paga impostos, mas não tem o direito de ver o fruto de seus esforços ser aplicado na sua própria terra nem de fiscalizar a sua aplicação.

"Enquanto o resto do País luta pela refederalização e até pela municipalização das ações governamentais, no Amapá vivemos em pleno regime colonialista. Todas as nossas riquezas são livremente exploradas por empresas nacionais e multinacionais sem que o governo local possa limitar ou orientar suas atividades. E o que é pior: com exceção de alguns empregos, a população amapaense nada recebe em troca", denunciou. A questão, segundo Azevedo Costa, é muito mais política do que econômica.

Progressistas e conservadores

PEDRO DE OLIVEIRA FIGUEIREDO (*)

Parte da grande imprensa, ao descrever as configurações e alianças que se constituiram no seio da Assembleia Nacional Constituinte, tem-se valido da dicotomia "progressistas" e "conservadores" para rotular os constituintes.

Tais rótulos, além de constituírem uma esquematização simplista, estão contaminados por um facciosismo que pretende, camuflando as filiações ideológicas de certos posicionamentos e adjetivando pejorativamente outros, levar a equívoco a opinião pública. Já se disse que todos os rótulos são perigosos e estes, porque destinam-se a confundir o povo brasileiro em momento crucial de sua trajetória, mais ainda o são.

Ha pequenas variações nos rótulos. O senador Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, prefere falar em "mudancistas e conservadores" como à grande linha divisória que separa os constituintes. A partir dessa classificação, o senador, que se identifica como mudancista, busca conotar que o mudancismo é melhor que a posição conservadora, sem fixar com clareza o ponto de chegada do seu mudancismo (1). Esta, aliás, parece ser a tática presente das esquerdas brasileiras: não definir para o público o cenário final pretendido, centrando-se em sucessivas reivindicações e medidas concretas que podem ser adotadas dentro da ordem econômico-social vigente. Tal o posicionamento assumido por Francisco Wefort, o ideólogo do PT, propondo um socialismo que pretende novo, "ainda algo a definir", "que deve definir-se de baixo para cima" (2). Assim, não há necessidade de definições: basta o mudancismo, que é apresentado como a panacéia para todos os males do Brasil, que, certamente, encanta a imensa multidão dos que têm muito pouco a perder.

Em contrapartida, todos os que não são mudancistas (e aqui a grande imprensa, ou sob o valorizado título de "progressistas", só classifica os esquerdistas) recebem o ignominioso carimbo de conservadores, como se o conservar valores morais, patrimônio material ou cultural e instituições fosse algo de que alguma sociedade pudesse abrir mão.

Todas as pessoas têm a sua parcela de conservadorismo, o que, aliás, é sábio, pois a mudança total significa — tanto para os indivíduos quanto para as sociedades — a perda da identidade. Michael Oakshott (3) retrata,

com precisão, a atitude conservadora: "Ser conservador, portanto, é preferir o conhecido ao desconhecido, o que foi experimentado ao que não foi, o fato ao mistério, o real ao possível, o limitado ao ilimitado, o próximo ao distante, o suficiente ao superabundante, o conveniente ao perfeito, o riso de hoje à felicidade utópica". No entanto, o conservador aceita mudanças, desde que saiba para onde o levam. Naturalmente, prefere mudanças pequenas e lentas, embora continuas, a saltos muito largos e inovações apressadamente adotadas. Politicamente, sabe que os governos do tipo "salto para a glória" são perigosos e, freqüentemente, são contraproducentes. Não nos parece, pois, que ser conservador (que não significa pactuar com injustiças) seja tão negativo assim.

Mas setores da imprensa têm envolvido no rótulo de conservadores os liberais, que não comungam com as teses esquerdistas. Hayek, no postfácio do clássico "Os Fundamentos da Liberdade" (4), explica as diferenças entre a posição conservadora e a posição liberal, sugerindo que, à representação em que se coloca o socialismo à esquerda, o liberalismo ao centro e o conservadorismo à direita, deve preferir-se uma representação triangular. Esta representação política pendular tradicionalmente realizada pelos conservadores, ora apoiando as teses liberais, ora fazendo concessões aos socialistas. Porque não têm uma proposta própria de mudança os conservadores contentam-se em tentar "pisar no freio", aceitando freqüentemente, teses que sacrificam a liberdade, como, por exemplo, a crescente estatização e o consequente autoritarismo como fórmula para a superação dos problemas sociais.

O que caracteriza a atitude liberal é a sua confiança nas forças autorreguladoras da própria sociedade e sua abertura às mudanças. Para o liberal, a ordem, rompida pela mudança, restaura-se criativamente em nova ordem se houver liberdade para as forças sociais se ajustarem competitivamente ou cooperativamente. Para o liberal, toda mudança no sentido de devolver à sociedade maior parcela de liberdade — e responsabilidade — deve ser bem-vinda, devendo ser controlada pelo livre exercício da crítica. O liberalismo abomina o governo ilimitado, o poder ilimitado e, portanto, as mudanças — e apenas essas que concorram para esse estado autoritário ou totalitário

de coisas. Portanto, os liberais são francamente progressistas e o seu ideal de justiça social está num ponto de equilíbrio entre a liberdade e a igualdade, ou seja, num ponto em que o direito à igualdade de oportunidades não elida a possibilidade da diferenciação (e da competição) que faz parte do próprio exercício da liberdade.

Mas parte da imprensa insiste em atribuir o título de "progressistas" apenas aos comunistas e socialistas, simplesmente porque são incansáveis batalhadores por mudanças. Contudo, constituirão progresso as mudanças que, em última análise, socialistas de todos os matizes e comunistas desejam? Será progresso confundir justiça social com um igualitarismo de resultados, desestimulador e sacrificador da liberdade? Será progresso a adoção de teses constitucionais estatizantes

num País já excessivamente estatizado? Como dizer-se progressista aquele que advoga a presença do Estado, e dos programas estatais, em todos os setores da vida nacional, sabido e consabido que o intervencionismo acarreta, inexoravelmente, o autoritarismo? Que progresso pode advir do benefício recebido sem conquista e sem esforço pessoal, do acesso a bens sem a contrapartida da competência mínima para fazê-los frutificar? Será progresso ou será a mais retrógrada e primitiva visão de um coletivismo tribal ou de uma sociedade submetida a um regime em que a aparência paternalista tem o contrapeso da disciplina policial? Contudo, a estes a imprensa denomina "progressistas".

Vamos mudar, sim, mas mudar, desrotuladamente, para melhor. E o melhor nos parece uma sociedade em que a liberdade política e a liberdade econômica, reforçando-se mutuamente, propiciem a realização da justiça social e o bem comum, através da democratização das oportunidades sociais e da ampliação dos espaços da competição justa e criativa.

NOTAS

- (1) A Democracia Necessária, Campinas, Papirus, 1985.
- (2) "Qual Socialismo" in Iste E, 01.06.81.
- (3) "Do Fato de Ser Conservador" in Ideologias Políticas, Brasília, ed. UnB, 1981.
- (4) "Por que não Sou um Conservador" in Os Fundamentos da Liberdade, ed. UnB, 1983.

*Pedro de Oliveira Figueiredo é advogado, professor de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra.

Projeto pode reduzir bancada do Nordeste

LEDA SAMPAIO Especial para o CORREIO

Num universo de 69 milhões de eleitores de todo o Brasil, 43 milhões são representados por 244 deputados dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Distrito Federal. Os demais estados e territórios têm uma representação na Câmara Federal, de 243 parlamentares. Para evitar essa discrepância, o deputado Ibsen Pinheiro, vice-líder do PMDB na Câmara, apresentou à Comissão da Organização dos Poderes, na Assembleia Nacional Constituinte, emenda constitucional que corrige o que ele considera "injustiça", modificando o atual sistema de representação, que passará a ser calculada com base na proporção do número de eleitores e não de acordo com a população, como é praticado atualmente.

O parlamentar constituinte afirma que, com essa medida, pretende restabelecer a verdade da representação, de tal maneira que não hajam regiões privilegiadas como o Norte e Nordeste do País. Mas membros da bancada federal daquelas regiões protestam contra a iniciativa do deputado gaúcho, prometendo abrir fogo, com o objetivo de evitar que ela passe para a futura Constituição. Segundo esses mes-

mos parlamentares, o Norte e Nordeste já são bastante sacrificados e por isto mesmo merecem mais representantes que possam influir junto ao Governo para melhorar a condição de vida de sua população, conforme pensamento do senador amazonense Carlos De Carli (PMDB). Mas o vice-líder do PMDB defende a sua emenda explicando que "a Câmara não existe para representar o estado e sim o povo, o órgão que representa o estado é o Senado Federal". Ele entende, entretanto, que a limitação deve ter um mínimo de quatro deputados por estado e dois por território, para que não haja o risco de algum território ficar sem o seu representante.

ARGUMENTOS CONTUNDENTES

Disposto a convencer os constituintes, inclusive os da bancada do Norte e Nordeste, a votarem a favor de

sua emenda, Ibsen Pinheiro está preparando uma bateria de argumentos contundentes capazes de derubar as mais convicções sobre o assunto. Para tanto, já começou a lembrar aos seus correligionários que o sistema atualmente praticado faz parte de expedientes utilizados no governo passado e implantado pelo ex-presidente Ernesto Geisel, visando assegurar, no interesse do regime ante-

riormente vigente, uma representação maior para os estados em que aquele regime fazia mais deputados.

De acordo com o autor da emenda que já começa a provocar polêmica, as regiões que possuem até 100 mil eleitores terão direito a eleger três deputados; de 100 mil e um a 6 milhões de eleitores, mais um deputado para cada grupo de 150 mil ou fração superior a 75 mil; de 6 milhões e um a 9 milhões, mais um deputado para cada grupo de 300 mil ou fração superior a 150 mil; além de 9 milhões de eleitores, mais um deputado para cada grupo de 400 mil ou fração superior a 200 mil.

Dentro desses critérios, São Paulo ganharia mais nove deputados, o Rio Grande do Sul, mais quatro, o Paraná, 1, Santa Catarina, 2. Em contrapartida, o Estado da Bahia, um dos mais prejudicados, conforme o deputado baia-

Simon condena projeto tributário

Porto Alegre — Apreensivo com o andamento dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, o governador Pedro Simon aproveitou os dias em que permaneceu doente em sua residência para telefonar a todos os governadores do País e líderes do PMDB para denunciar o que classificou como uma proposta "irreal" e "absurda": a reforma tributária, nos termos em que foi aprovada no relatório da subcomissão da Constituinte que analisou o assunto. Segundo Simon, se inserida no texto da nova Constituição, ela irá prejudicar imensamente os interesses do Rio Grande do Sul e da maioria dos demais Estados, já que beneficia apenas São Paulo e Rio de Janeiro.

— E um absurdo o que estão tentando fazer. São Paulo e Rio de Janeiro estão tentando ludibriar o próprio Nordeste e deixar o Sul, de modo muito especial o Rio Grande, numa

posição tremendamente prejudicial, acusou Simon.

MOBILIZAÇÃO

Conforme o governador, a proposta de reforma tributária na Constituinte é irreal e ilógica, já que propõe a criação de um adicional de imposto de renda a ser cobrado pelos Estados, sendo que cada um fica com 5 por cento.

A advertência do governador surtiu efeito imediato. Reunida ontem, a mesa da Assembleia Legislativa decidiu desencadear uma mobilização envolvendo todos os setores sociais, que, em comissão irão a Brasília na próxima semana acompanhar a votação do projeto e tentar alterá-lo.



Simon, revoltado